

AO ILUSTRE SENHOR PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2023 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, BUSCANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES FUTURAS E EVENTUAIS DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ

PGM CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 28.685.706/0001-53, situada na Rua Crisandália, nº 190, bairro Caiçara Adelaide, Belo Horizonte/MG. CEP: 30.770-400, e-mail juridico@pgmconstrucoes.com.br, vem, através de sua procuradora ao final subscrita, respeitosa e tempestivamente, perante V.S.^a, apresentar IMPUGNAÇÃO ao edital supramencionado:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A presente licitação, conforme instrumento convocatório, encontra-se marcada para ter sua abertura de envelopes no dia 19/10/2023, às 9:00, e, de acordo com o disposto no item 4.5, ainda há tempo para impugnar, vejamos:

“4.5. Impugnações aos termos deste edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por licitante, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser protocolizada na sede do

CISPARÁ ou enviada para o e-mail licitacao@cispara.mg.gov.br (com assinatura digital), dirigida ao (a) Pregoeiro (a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor técnico competente, quando necessário.”

Portanto, a mesma está dentro do prazo estipulado pelo edital

2. DOS FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

2.1. DO PREGÃO PRESENCIAL

Para o registro de preços desta licitação, foi determinado que a modalidade seria o pregão, de forma presencial. Porém, a internet, facilita muito na conexão de pessoas, permitindo que mesmo com grandes distâncias, seja possível participar de uma licitação, por exemplo. Assim, realizar pregão de maneira presencial se torna não só arcaico, mas também prejudicial, uma vez que o pregão eletrônico é amplamente utilizado, não sendo algo novo ou raro. O pregão eletrônico é mais dinâmico e acessível, além de garantir o princípio da competitividade, pois como não é necessário estar presente no local, interessados de todo país têm a chance de participar.

O que é extremamente benéfico para a Administração Pública, pois quando há competitividade há maior garantia de que o preço do objeto da licitação será justo e de acordo com o mercado atual, sempre buscando a maior vantagem para o órgão.

Nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e do Decreto nº 10.024/2019, a modalidade de licitação a ser adotada no SRP será por meio de concorrência ou pregão, preferencialmente o pregão eletrônico.

Além disso, é vantajoso optar pelo pregão eletrônico pela impessoalidade do procedimento, visto que os competidores participam do pregão de forma anônima, sendo identificado apenas o vencedor do certame, após o encerramento da disputa de

lances, já na fase de habilitação da sessão pública digital. Dessa forma, diminui consideravelmente o risco de haver conluio entre os licitantes, prática comprovadamente prejudicial ao interesse público.

Outro benefício oferecido pela modalidade eletrônica é a transparência e segurança, pois a maior parte dos atos da licitação é registrada automaticamente pelo sistema, o que elimina possíveis perdas que comumente ocorrem quando da transcrição de atas de sessões presenciais. Com isso, é possível aos órgãos de fiscalização, como o TCE-PR, e à própria sociedade a análise da íntegra do histórico das disputas, fomentando, assim, os controles externo e social sobre os gastos públicos.

Vale mencionar que, municípios devem adotar preferencialmente o pregão eletrônico e justificar os casos em que optar pelo pregão presencial. Acórdão 2605/2018 TCE-PR Pleno

(...) é lícito exigir-se do gestor a apresentação de justificativa expressa para a escolha do pregão na forma presencial, nos casos em que poderia ter utilizado o pregão na forma eletrônica. Acórdão 1515/2021 TCU Plenário

Após esta análise, conclui-se que existem inúmeras vantagens em escolher o pregão eletrônico em detrimento ao presencial, devendo a opção pela forma presencial, caso mantida, ser devidamente justificada e fundamentada no processo.

2.1. DOS ÍNDICES

Ao analisar o edital, no item 9.1.12, que trata da qualificação econômico-financeiro, observa-se que a exigência referente a comprovação de boa situação financeira de valor igual ou superior a 1,5 é infundada. Vejamos:

“Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação de proposta, pela variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV) ocorrida no período, ou de outro indicador que o venha substituir, comprovando que a licitante possui boa situação financeira, avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1,5 (um vírgula cinco).”

Em regra, para exigir a comprovação de boa situação financeira, a administração delimita o valor resultante maior ou igual a 1,0, por entender ser o mínimo a exigir de uma empresa para se manter um contrato, dentro de um nível de segurança e equilíbrio. Ademais, este valor não restringe o universo de concorrentes.

A lei 8666, em seu artigo 31, § 5º prevê que:

“Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a: [...]

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente

ao cumprimento das obrigações decorrentes da
licitação. “

Ao observarmos a Instrução Normativa MARE-GM nº 05, de 21 de julho de 1995, que prevê, em seu item 7.2, a verificação de capital social ou do patrimônio líquido da empresa, caso os índices contábeis estabelecidos pela Instrução Normativa sejam iguais ou inferiores a 1,0 (um). Assim estabelece a norma:

V – a comprovação de boa situação financeira de empresa oriunda de localidade onde o SICAF não tenha sido implantado, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

[...]

7.2. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no inciso V, quando de suas habilitações deverão comprovar, considerados os riscos para administração e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/93, como exigência imprescindível para sua Classificação podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1, do artigo 56, do mesmo diploma legal, para fins de contratação.

A partir disso, percebe-se que, a exigência de valores superiores a 1,0 não são o ideal e podem prejudicar o licitante, sem mencionar que não houve justificativa no edital - nem sequer para a exigência dos índices financeiros, que por si só precisa ser fundamentada e justificada no edital.

2.3 DO CONSÓRCIO

Durante a análise da licitação, não foi possível identificar nenhuma informação relacionada à permissão ou negativa de empresas participarem de consórcio dentro desta licitação.

É sabido que o objetivo de admitir a participação de empresas reunidas em consórcio nas licitação é aumentar a competitividade, possibilitando que empresas que isoladamente não teriam condições de disputar aquele certame, por falta de recursos financeiros, ou por restrição na comprovação da capacidade técnica, ou por não deter todo o know how necessário às diversas atividades envolvidas na contratação, ou ainda por outra razão nesse sentido, possam se associar com outra ou outras empresas na mesma situação, as quais, em conjunto, consigam alcançar aquilo que necessário para a disputa da licitação e a execução do contrato.

Levando em consideração a complexidade das exigências, não somente relativas às execuções, mas também as especificidades dos profissionais, o ideal, seria a permissão da formação de consórcio, assim, mais empresas podem participar, e, como já foi mencionado anteriormente, é extremamente vantajoso para o órgão.

2.4 DA EXIGÊNCIA DE ENGENHEIRO AMBIENTAL E QUÍMICO

Na qualificação técnica do referido edital, está sendo exigida a comprovação de vínculo empregatício com engenheiro ambiental, e também químico, sem nenhuma justificativa, o que configura abusividade.

Vale mencionar que, qualquer exigência de ordem técnica em relação ao objeto licitado precisa ser justificada de forma explícita, clara e congruente, com base em pareceres, informações ou laudos técnicos que devem necessariamente fazer parte integrante do processo licitatório.

A própria Constituição Federal, prevê em seu artigo 37, inciso XXI, tem previsão legal a respeito do assunto, vejamos:

“Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Dessa feita, exigências técnicas em licitações devem guardar estrita pertinência com o objeto da contratação, motivo pelo qual o edital só pode consignar requisitos e condições que sejam necessárias ao atendimento do interesse público visado.

As exigências de certificações, declarações de qualidade, normas técnicas, laudos técnicos, certificados de conformidade etc., sem devida motivação para sua adoção de forma expressa no processo, além de pouco usuais no mercado, são excessivamente restritivas, em afronta a mandamentos legais, bem como ao princípio da competitividade.

Vejamos o entendimento do TCU a respeito do assunto, ao analisarmos o acórdão 2129/2021, Plenário:

É irregular a exigência de atendimento a normas técnicas da ABNT, declarações de qualidade, certificações, laudos técnicos e certificados de conformidade sem a demonstração da essencialidade dessas exigências para se garantir a qualidade e o desempenho suficientes do objeto a ser contratado.

A partir do que foi analisado no edital, percebe-se que não há necessidade das exigências feitas, uma vez que o objeto da licitação não aponta nenhuma atividade que exija especificamente estes profissionais, de modo a impossibilitar a realização do que foi proposto se não houver a presença destes.

Ao examinar a exigência dos profissionais de maneira isolada, percebe-se que, o químico não será necessário para a execução da obra, visto que a atividade exigida não precisa necessariamente ser executada por ele. A atividade descrita no item 9.1.14.3, pode ser exercida por uma ampla variedade de profissionais, inclusive engenheiros de áreas diversas e/ou técnicos de segurança do trabalho, não sendo atividade privativa de químicos.

O mesmo ocorre com o engenheiro ambiental. Para a realização da obra, faz-se necessária a contratação de profissionais capacitados, porém, a exigência de um engenheiro ambiental, torna-se exagerada e desnecessária, uma vez que trata-se de um

serviço de execução demasiadamente simples, que não traz qualquer obrigatoriedade de contratação deste profissional.

Esta situação viola não apenas o princípio da razoabilidade, como também da proporcionalidade e da competitividade, inclusive, este último está presente em outros tópicos da presente impugnação. Percebe-se que, além destes profissionais não serem necessários, não é permitido no edital a sua contratação de modo posterior, os mesmos já devem estar presentes no quadro profissional, a partir do momento em que há a contratação da empresa licitante, dificultando a participação de muitas empresas.

3. DOS PEDIDOS

Diante desta análise, conclui-se que não resta dúvidas a respeito da necessidade de suspensão ao edital para uma revisão aos pontos mencionados e sua eventual retificação.

Nestes termos, pede e espera o deferimento.

Belo Horizonte/MG, 17 de outubro de 2023.

Atenciosamente,

PGM CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS LTDA